



Anais da Assembléia

Nº 141

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1.980.

ANO VI

Atos da Comissão Executiva:

RESOLUÇÃO N.º 51/80

DATA: 04 de novembro de 1.980.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Marialva, com a finalidade de consulta à população para a criação do Município de Sarandi.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Marialva, a fim de consultar a população sobre a criação do Município de Sarandi.

"Partindo da afluência do Córrego Guayapó no Rio Pirapó, sobe pelo dito Córrego até a sua última cabeceira; deste ponto, por uma linha seca, vai até alcançar a menor cabeceira do Ribeirão Pingüim; descendo por este Ribeirão até a ponte que dá passagem da estrada Maringá a Cambuí; seguindo por esta estrada até alcançar sua passagem no Ribeirão Aguidaban; daí por este Ribeirão acima, até sua cabeceira onde recebe o Córrego Mará; por este Córrego até sua última vertente; desta vertente, por uma linha reta ao Córrego Tahy; por este Córrego até seu primeiro confluente; por este confluente acima até o primeiro marco da divisa do lote n.º 17 da gleba Sarandi; pela divisa do lote n.º 17 com o lote n.º 16 da referida Gleba, até alcançar a estrada Marialva-Santa Fé; por esta estrada, rumo a Santa Fé, até o lote n.º 232 da Gleba Sarandi; daí pelo espigão mais alto, em linha reta ao rio Pirapó abaixo, até o ponto de partida."

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de novembro de 1.980

FABIANO BRAGA CÔRTEZ
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO N.º 52/80

DATA: 04 de novembro de 1.980.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Altônia, com a finalidade de consulta à população para a criação do Município de São Jorge do Patrocínio.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito, na área a seguir descrita, do território do Município de Altônia, para o fim de ser consultada a respectiva população sobre a conveniência de ser criado o Município de São Jorge do Patrocínio:

"Começa no Rio Paraná, na foz do Rio São João, e sobe por este até a foz do Córrego São Vicente, até sua cabeceira, daí, pela divisa entre os lotes 228 e 229, até encontrar a estrada São Henrique; daí, em direção geral do Leste, até encontrar a estrada Mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia; por esta estrada, em direção geral Nordeste, dividindo com o Município de Pérola, até o lote n.º 01; deste ponto segue pela divi-

sa intermunicipal até encontrar a cabeceira do Ribeirão Jequitibá, pelo qual desce até a sua foz no Rio Paracai, por este abaixo até a sua foz no Rio Paraná, pelo qual desce até a barra do Rio São João, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de novembro de 1.980

FABIANO BRAGA CÔRTEZ
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO N.º 53/80

DATA: 10 de novembro de 1.980.

SÚMULA: Altera os Cargos de Provimento em Comissão do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Os cargos de provimento em comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder, atualmente pertencentes à Simbologia Geral "DAS-4", passam a pertencer à Simbologia "DAS-3".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de novembro de 1.980

FABIANO BRAGA CÔRTEZ
PRESIDENTE

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 140.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1.980.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Trajano Bastos e Lineu Turra.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elisio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista e Nilso Sguarezi. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs 283,284,285,286 e 287/80, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

117/80 Do Sr. Deputado TÚLIO ZANCHET, que declara de utilidade pública a PROMOÇÕES HUMANAS CRISTO REI, com sede e foro no Município de REALEZA, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.386. Anote-se. Arquite-se.

119/80 Do Sr. ex-Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública o CLUBE DE CAÇA E PESCA DO PARANÁ, como sede no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.387. Anote-se. Arquite-se.

125/80 Do Sr. Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública o CENTRO SOCIAL SANTO AGOSTINHO, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.385. Anote-se. Arquite-se.

113/80 do Sr. Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL DA PARÓQUIA DE LEÓPOLIS, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.384. Anote-se. Arquite-se.

112/80 Do Sr. Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública o LAR DA CRIANÇA DE MARIALVA, Desembargador ANTÔNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA, como sede e foro na cidade de MARIALVA, o qual convertido em lei, tomou o n.º 7.383. Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 58/80, que altera os cargos de provimento em comissão do Quadro de Pessoal deste Poder, pertencentes à Simbologia Geral DAS-5, passam a pertencer à simbologia DAS-4.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1.980.

a) Antônio Facci.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do jovem JOSÉ ÂNGELO BAGGIO ORSO, ocorrido dia 09 do corrente em Cascavel.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de aplauso pela passagem dos 50 anos de existência da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, ocorrido na data de 17.11.80, bem como a transcrição nos anais da Casa.

Outrossim, requer que do presente seja dado ciência ao Sr. Newton de Sisti — Presidente da Ordem, bem como aos demais membros.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1.980

a) José Tavares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Nada mais válido e estimulante, a um membro de corporação, que a ambição e o propósito de galgar o posto máximo da organização à qual pertença, com o objetivo de, ao final da carreira, assumindo seu comando, imprimir os conhecimentos ditados pela experiência, como legado de aprimoramento a essa mesma corporação.

Essa nossa opinião pessoal vem em apoio à reivindicação da oficialidade da Polícia Militar do Estado, no sentido de que seja preservado a membros daquela Corporação, o posto de Comandante Geral, que vem sendo exercido por oficiais do Exército desde 1.964.

Sabemos todos que a tomada dos postos relacionados à segurança pública pelo Exército Nacional, em todos os Estados, ocorreu como imperativo de um movimento revolucionário que então se afirmava. Hoje, entretanto, já historicamente implantado o movimento político, não há porque estratificar em praxe o que era circunstância de emergência.

O comando, por membros do Exército, das organizações paramilitares, além de alijar membros dessas corporações de legítima pretensão de ascender ao maior posto, constitui hoje um desvio de funções de oficiais das Forças Armadas, até certo ponto desgastante para a própria imagem da instituição.

Exército é exército, Polícia é polícia.

As duas coisas não se confundem, nem convergem, exceto, como dissemos, em circunstâncias de emergência revolucionária, em que o Poder se institucionaliza pela força.

Vivemos hoje, graves preocupações sociais na área de segurança pública. Nunca como agora, o homem parece como lobo do homem. Jamais a escalada da violência alcançou proporções tão atemorizantes. Daí validar-se o interesse pelo aprimoramento das organizações policiais. Em nossa visão pessoal, seria valiosa providência do Governo entregar-se à responsabilidade de administração das Polícias Militares a membros da corporação, presumindo que a vivência e a experiência dos mais graduados represente um patrimônio que não deve ser desperdiçado.

Entender de forma contrária seria endossar, por exemplo, que o Ministério do Exército não fosse exercido por um oficial do Exército, o da Marinha por um marujo, o da Aeronáutica por um piloto. Ou que esta Casa não fosse presidida por um Deputado, ou o Judiciário não fosse administrado por magistrados.

Não vemos, portanto, nada além de validade e lógica nas pretensões da oficialidade da Polícia Militar, sem demérito algum para o Governo, tampouco para os oficiais do Exército que, sob condições excepcionais, tão bem se houveram no comando da organização policial. Nada mais é, essa reivindicação, que anseio pelo retorno à normalidade, à verdade das coisas, num conjunto de acontecimentos, em todos os setores da vida pública, que, genericamente, constituem a chamada abertura política.

A Nação sai de um período revolucionário, já ultrapassado, e se acomoda na nova realidade, sendo necessária a retirada de ingerências, sejam elas nas organizações policiais, como nas sindicais ou outras quaisquer, onde a revolução entendeu influir, porquanto os motivos já foram ultrapassados.

Esperamos que esta Casa entenda de igual forma e some com a reivindicação da oficialidade da Polícia Militar do Estado, considerando seus motivos como justos e seus objetivos como

de auto-aprimoramento, em favor de toda a sociedade.

Isso posto, a Bancada do PDS por meu intermédio, requer à Douta Presidência o envio de TELEX ao Sr. Governador Ney Braga, que se encontra em Brasília, nos seguintes termos: A BANCADA DO PDS, POR SUA LIDERANÇA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, APELA AO EMINENTE GOVERNADOR NO SENTIDO DE CONSIDERAR E, SE POSSÍVEL ENCAMPAR A JUSTA PRETENSÃO DA OFICIALIDADE DA POLÍCIA MILITAR, NO SENTIDO DE QUE O COMANDO E A RESPONSABILIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO SEJA ENTREGUE A OFICIAL DA PRÓPRIA CORPORAÇÃO.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1.980

a) Erondy Silvério.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º – O Art. 73 do Regimento Interno fica acrescido de mais um parágrafo com a seguinte redação:

“§ 2.º – A sessão ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada para após o término da sessão ordinária de quinta-feira, mediante convocação do Presidente.”

Art. 2.º – No § 3.º do art. 194 do Regimento Interno, onde se lê: “até sete faltas por mês”, leia-se “até três faltas por mês”.

Art. 3.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1.980.

aa) Aguinaldo Pereira Lima, Palácios, João Mansur, Erondy Silvério, Adalberto Daros, Luiz Alberto Oliveira, Gilberto Carvalho, Egon Pudell, Lázaro Dumont, Gabriel Manoel, Renato Bernardi, Ezequias Losso, Trajano Bastos, Fuad Nacli, Tércio Albuquerque, Antônio Facci, Valduga e Túlio Zanchet.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução tem por objetivo racionalizar os trabalhos da Assembléia Legislativa, proporcionando condições para que os Deputados e funcionários possam melhor desempenhar suas funções nesta Casa e na sociedade em geral.

O SR. PRESIDENTE – (Nelson Buffara) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Comissão de Agricultura realizará amanhã, nesta Casa, por iniciativa do Sr. Presidente, importante reunião para debater os problemas da suinocultura da região sul do nosso País. E estarão presentes, inclusive, segundo informações do nobre Deputado Lázaro Dumont, representantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Há algum tempo atrás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, viemos à tribuna para alertar o Governo e os Governantes da seriedade do problema da educação em nosso Estado e da iminente greve que provavelmente iríamos ter, o que de fato ocorreu.

Agora, para que amanhã os menos avisados não venham dizer que a Oposição não alertou, eu trago ao conhecimento desta Casa as conclusões do Movimento Justiça e Trabalho que reúne suinocultores da região Sudoeste do Paraná e que no próximo dia 25, com o apoio irrestrito deste Deputado e acredito que de outros Srs. Deputados, irão fazer um verdadeiro ato de subversão. Porque os homens que comandam

o nosso Estado e a Nação estão desligados do povo e por isso merecem que atos de subversão, que atos de convulsão social sejam feitos neste País.

Estarei junto com os agricultores da minha região a trancar as estradas e a impedir, como já foi feito em Santa Helena, já foi feito em Medianeira, a impedir que bancos funcionem, que o transporte seja feito e os Deputados que tenham a coragem de acompanhar o povo.

E por isso hoje mesmo estou a comentar desta tribuna o fato de ter a Comissão de Agricultura, em boa hora, estar tentando uma reunião para que a classe política não continue alheia aos interesses do povo, como está acontecendo no momento.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou solidário e peço à imprensa paranaense que alerte todo o nosso Estado das consequências que serão trazidas, porque a negligência total do Governo Federal e Estadual às reivindicações apresentadas pelos suinocultores da região, a completa ausência dessas autoridades, faz com que o povo tenha de fazer a justiça pelas suas próprias mãos.

Por isso, nesse Movimento de Justiça e Trabalho, este Deputado, para que depois não o acusem de estar usando movimentos de trabalhadores ou de agricultores, este Deputado está solidário, e no próximo dia 25 estará ao lado deles, inclusive para impedir que as violências que sempre têm sido feitas contra os pequenos desse País, sejam também no Sudoeste perpetradas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O problema da suinocultura não é só do Sudoeste, nem só do Paraná, mas é de todo o Brasil.

Então nós queríamos também fazer um apelo como está o Sr. Secretário da Agricultura fazendo este apelo às forças e aos homens que dirigem o nosso País, para que haja uma solução. Uma solução sem demagogia, uma solução em que os políticos de todo o Sudoeste como temos o nosso companheiro, o nosso combativo amigo de bancada e companheiro Luiz Alberto, homem que vem lutando também nos bastidores, para uma solução pacífica, para que o Sr. Ministro da Agricultura, para que o Sr. Ministro do Planejamento escute as vozes dos paranaenses que, sem demagogia, vêm também clamar por justiça. O Norte Pioneiro é representado por Deputados como Aguinaldo Pereira Lima, Florisvaldo Palácios e Gabriel Manoel, modestamente falando desta tribuna.

Como também é o Sudoeste, pelos ilustres Deputados da Oposição e pelos companheiros nossos como Túlio Zanchet, como Luiz Alberto Oliveira, homens também voltados para a Situação, voltados para dirimir este problema da suinocultura. Então, seria o momento de nós, com todos os Deputados da Situação, da Oposição, com o Deputado Lázaro Dumont, que representa a agricultura neste Estado e nesta Casa de Leis, virmos a fazer uma reunião sem demagogia, Sr. Presidente. Sem aquela demagogia e sem aquele falso messianismo, para que possamos unidos traduzir a vontade dos homens da agricultura, da suinocultura. Para que não haja um óbice, para que não haja uma interpretação errônea, porque sabemos perfeitamente que hoje nós temos o Ministro do Planejamento que está hostilizando toda a classe política.

E para que os Deputados do PDS de nossa região, para que os homens responsáveis por toda a região como é o Deputado Cyro Martins, por Ponta Grossa, façamos então uma reunião de alto nível, uma reunião de gabarito, para que os responsáveis pela suinocultura do Paraná, para que os homens

de nosso Estado e de nosso País, não escutem o clamor dos homens que clamam no deserto apenas para tumultuar, os homens que vêm aqui desta tribuna para falar em nome dos suinocultores, mas falam no vazio.

Vamos nos unir em nome do povo paranaense, sem cores partidárias.

É uma reivindicação e um apelo que faço a Vossa Excelência Deputado Luiz Alberto, em nome dos suinocultores de todo o Paraná.

E Vossa Excelência representa uma região onde 70 por cento dos suínos do Paraná estão hoje a perecer. E sabendo da responsabilidade que Vossa Excelência tem, então, é um apelo que faço a Vossa Excelência para que faça uma reunião com todos os políticos paranaenses, para que não haja os falsos messias que clamam no deserto, e que, na hora do "pega prá capar", não temos ninguém.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE – (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero declarar a minha solidariedade já reiterada na região com relação ao problema da suinocultura.

Estaremos juntos, abrindo caminho, novas frentes, buscando novas conquistas, para que a classe trabalhadora e produtora deste País, realmente mereça do Governo, a atenção que esta mesma classe de trabalhadores tem dado ao Governo, com o cumprimento de sua parte, que é o recolhimento de todos os tributos.

Sr. Presidente, quero encaminhar à Mesa, para a consideração do segundo turno de discussão da elevação de vencimentos do funcionalismo público, duas emendas das quais já falamos aqui em sessões anteriores. E a nosso ver, percebo que o Partido do Governo também vem trazer à colação deste projeto uma emenda que busca acrescentar o § Único no Art. 4.º do Projeto de Lei 143/80. Só que, nessa emenda apresentada pelos ilustres representantes do PDS, não nos parece que está mencionado qual o artigo que deve ser aduzido no parágrafo. E, afora isso, fica "o Poder Executivo autorizado a elevar, por decreto, o vencimento do nível 1, da Tabela 6, do anexo I desta lei, para Cr\$ 11.578,00."

A nosso ver, Sr. Presidente, esta emenda não esgota a matéria e não completa o espírito traduzido pelo acordo de cavalheiros firmado entre Governo e Magistério.

E é por esta razão que estamos apresentando uma emenda com o seguinte teor: (Lê):

"EMENDA N.º 2

ao Projeto de Lei n.º 143/80

Substitua-se o valor de Cr\$ 9.916,00 (nove mil novecentos e dezesseis cruzeiros) contido no Anexo I, Tabela IV, Nível 1 – Magistério, pelo seguinte:

"..... Cr\$ 11.578,00 (onze mil, quinhentos e setenta e oito cruzeiros)"

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

APOIAMENTO:

Carlos Zanlorenzi, Tadeu Lúcio Machado, Gilberto Agibert Filho, Deni Schwartz, Romero Filho, Nestor Baptista e José Tavares."

E a razão, Sr. Presidente, desta emenda, é para não atribuir ao Sr. Governador do Estado, a prerrogativa de legislar.

Trata-se de uma lei que está tramitando nesta Assembléia, e não seria justificável, quando o Parlamento busca o revigoramento de suas prerrogativas, que o próprio Partido do Governo entenda que é necessário outorgar poderes

para, mediante decreto, o Governo elevar salários básicos de dois mínimos a cada um dos professores.

Por outro lado, concluindo Sr. Presidente, uma segunda emenda que visa elevar para o valor correspondente aos dois salários-mínimos de piso, a cifra correspondente à regência por aula, aos professores, de acordo com essa proporcionalidade.

E não haveria de ser outra a interpretação que, erroneamente ou inadvertidamente, foi dada pelo Governo na sua Mensagem Aditiva, elevando de Cr\$ 58,00 para Cr\$ 59,00 por aula. A verdade é que, com relação a 2 salários-mínimos, a proporcionalidade não fica em Cr\$ 59,00, mas, em Cr\$ 68,00 por regência de aula. Estas emendas que levaremos à consideração do Plenário. (Lê):

"EMENDA n.º 03

ao Projeto de Lei n.º 143/80

Substitua-se o valor de Cr\$ 58,00 (cincoenta e oito cruzeiros) contido no Art. 4.º, pelo seguinte:

".....Cr\$ 68,00 (sessenta e oito cruzeiros)..

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.980.

aa) Fidelcino Tolentino.

APOIAMENTO: Nestor Baptista, Deni Schwartz, Fiori Luiz e José Tavares."

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE – (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na realidade, a suinocultura paranaense, não só a paranaense, atravessa os seus piores dias. Nem quando da invenção da peste suína, ou da peste africana, melhor dizendo, os suinocultores tiveram tantas dificuldades, e encontraram realmente tantas dificuldades como estão encontrando agora: a dificuldade na comercialização da carne de porco; a dificuldade com os preços baixíssimos que se tem hoje para o suíno; a maior dificuldade, ainda, com respeito aos insumos necessários, para que a suinocultura assim prospere, onde, no final da semana passada, o saco de milho foi negociado a Cr\$ 900,00, farelo de trigo a quase Cr\$ 200,00 o saco; farelo de soja, torta de soja, farelo de algodão então nem se fala o preço que está.

Realmente, não há como sair desta dificuldade se não houver uma ajuda forte por parte do Governo. E, nestas condições, principalmente para dar a nossa solidariedade e nosso apoio oficial, e para que o Poder Legislativo do Paraná, o Poder político e todas as bancadas aqui existentes, nós estamos convidando para uma reunião amanhã, às 10 horas, no pequeno auditório deste Poder, que estaremos realizando sob o patrocínio da Comissão de Agricultura desta Casa. Reunião para a qual, estamos convidando e insistindo a fim de que todos os Deputados e, principalmente, aqueles cuja área de representação política está situada em regiões aonde a suinocultura predomina.

E, para satisfação nossa, tivemos a confirmação do convite que fizemos, do Presidente da Comissão de Agricultura do R.G. do Sul, assim como de outros Deputados que o acompanharão aqui, amanhã, e também do Presidente da Comissão de Agricultura do Estado de Santa Catarina, onde os problemas não são muito diferentes dos problemas hoje atinentes à suinocultura do Paraná.

Portanto, neste momento difícil, em que não somente o Deputado individual mas todo este Poder, toda esta Casa, deverá mostrar a sua solidariedade e muito mais do que isso, a sua preocupação pelo momento difícil, pela crise com que atravessa a suinocultura do Paraná e do Sul do Brasil mais

notadamente.

Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A Universidade Estadual de Maringá, Sr. Presidente, está com as suas aulas paralisadas a partir de ontem.

Quando o Deputado Fiori Luiz apresentava desta tribuna um requerimento solicitando o posicionamento desta Casa, com referência aos reajustes semestrais dos servidores estaduais regidos pela CLT, enfatizando e citando, principalmente os casos do IAPAR, da Universidade Estadual de Maringá, da Universidade Estadual de Londrina, nós, no encaminhamento da votação daquele requerimento do Deputado Fiori Luiz, enfatizávamos a necessidade de uma tomada de posição deste Poder, para que os fatos não viessem a atropelar a classe política do Paraná.

Entretanto, Sr. Presidente, esta Casa pela sua maioria, resolveu votar pela rejeição do requerimento e os fatos aí estão a nos atropelar a todos.

Ontem, em razão de uma decisão judicial, da Justiça do Trabalho, dando ganho de causa à ação movida pela Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá, e tendo em vista o recurso e o ofício de um lado, e o voluntário, que o Governo do Estado através do seu Procurador Geral, enviou tentando prolongar a questão o mais possível, teve como consequência imediata, Sr. Presidente, a deflagração do movimento grevista que na cidade de Maringá atinge, na manhã de hoje, cerca de 98% dos funcionários celetistas. E recebemos ainda agora um telex do Movimento Justiça Salarial da Universidade Estadual de Maringá, nos seguintes termos:

(Lê):

"Os professores e funcionários da Fundação Universidade Estadual de Maringá, comunicam a Vossa Excelência que na data de ontem deflagraram greve geral postulando o pagamento imediato dos seus salários, de conformidade com a lei dos reajustes semestrais. Solicitam assim a Vossa Excelência, que como representante do povo diligencie no sentido de pressionar as autoridades maiores da Fundação e do Estado para que cumpram a lei".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa no dia de hoje noticia também o recurso voluntário do Estado contra o movimento dos professores. Veja Vossa Excelência e observem os Srs. Deputados, a situação estranha em que vão ficar alunos, professores e funcionários daquela Fundação Estadual.

De um lado as próprias autoridades estaduais a reconhecer a justiça, a reconhecer a procedência, a reconhecer a validade do movimento encetado.

Mas em contrapartida a afirmação de que o Estado não tem mais recursos para arcar com esses reajustes.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, existe uma lei e esta lei deve ser cumprida. A Justiça se manifestou e não vemos de qualquer maneira, por qualquer pretexto ou qualquer título causa eficiente na posição do Governo do Estado, no sentido de recorrer ainda mais à Justiça, tentando em Instâncias maiores ganhar apenas o tempo para que, chegando-se normalmente no recesso escolar, completada a carga horária nas diversas disciplinas oferecidas pela Universidade Estadual de Maringá, o Movimento estaria esvaziado e o Governo ganharia o tempo de que ele precisa até o princípio de março, para então ser reaglutinado o movimento.

Em razão disso, Sr. Presidente, a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá usa da única arma que lhe sobra e que lhe resta nesta quadra, que é a paralisação to-

tal das aulas da Universidade Estadual de Maringá, advertência esta que já tinha sido feita a cerca de 40 dias e as autoridades ganharam 40 dias de tempo.

Entretanto ganharam o tempo na monotonia, ganharam o tempo naquela política talvez do Estado Novo, de deixar como está para ver como fica.

O Governo deixou estar e agora nós estamos vendo como ficou; cerca de 4.800 alunos já na fase final do último período, praticamente com as cargas horárias completadas hoje no dia 18 de novembro, entretanto com um percentual mínimo para encerrar o período e entretanto não tendo mais professores em salas de aula, que lutam apenas e tão somente para conseguir sobreviver nesta fase difícil porque passa toda a sociedade civil brasileira.

E os professores universitários proletarizando-se diariamente pela estúpida elevação do custo de vida, não tendo mais qualquer condição para continuar levando aquela vida digna a que eles fazem jus.

E nós advertíamos aqui, Sr. Presidente, de que uma série de ótimos profissionais, profissionais com cursos de especialização no Brasil e no exterior, estavam sendo arrebanhados do Paraná para outros setores de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

E esta busca de mão-de-obra especializada no Paraná continua; e agora com um movimento hoje paredista da Universidade de Maringá, a sangria de valorosos recursos humanos irá continuar. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A União Paranaense dos Estudantes, a UPE, está de volta.

Declarada ilegal em 1.978, fechada arbitrariamente pela polícia, tendo seus diretores perseguidos, muitos líderes presos, outros condenados a longas penas, pensava o regime que assim calaria a voz dos estudantes. E enganou-se.

A União Paranaense dos Estudantes ressurgiu com força e representatividade; legitimando-se em eleições democráticas, das quais participaram 500 vezes mais eleitores do que aqueles que elegeram o Governador do Estado do Paraná.

Um colégio eleitoral, 400 vezes maior do que aquele que elegeu o Presidente da República, os estudantes mais uma vez, dão exemplo de como se deve e pode decidir os destinos de uma sociedade. O arbítrio foi derrotado mais uma vez.

E saudamos aqui os vitoriosos.

Não apenas a chapa vencedora, mas todos os estudantes universitários do Paraná que voltam a se reunir em torno de sua entidade maior, recuperando a perspectiva histórica que sempre orientou a UPE, desde as lutas contra o fascismo no Estado Novo, as campanhas em defesa de nossas riquezas, a posição intransigente em favor da democracia e da ampla luta pelas liberdades.

O regime de força usou dos métodos mais violentos para acabar com a UPE, a sua força, a sua representatividade, e como se não bastasse a perseguição, a prisão, a condenação de líderes e de tantas pessoas ligadas a direção da União Paranaense de Estudantes, principalmente no período mais crítico do obscurantismo, o regime sequestrou todos os bens pertencentes ao estudantado universitário.

Há um ano e meio encaminhamos, desta tribuna, pedido de informação ao Governo do Estado do Paraná, sobre os bens, da maneira minuciosa e individualizada de como se encontram os bens que pertenceram à UPE, como se processou a absorção dos mesmos, e que órgãos estão utilizando patri-

mônio que, de direito, deve ser devolvido aos estudantes, especialmente agora que reorganizaram sua entidade máxima.

Mas a maioria governista nesta Casa, como de hábito, obstruiu este pedido de informação. Mas voltarei a apresentá-lo, deixando claro que as bancadas de oposição por certo, e a do PMDB em especial porque dela pertença, envidarão esforços, expressarão todo o apoio aos estudantes, em defesa de seus legítimos direitos. Inclusive neste instante o interesse maior, de reaver aquilo que é deles e que foi usurpado pelo regime.

Por isto, quando vemos o estudantado do Estado e de todo o Brasil, UNE e UPE, recebendo os votos de maneira democrática direta, devemos todos nós sentir a presença da classe estudantil, que quer participar e decidir os destinos desta Pátria, e que mais do que nunca tem um compromisso sério com as liberdades democráticas e com a sociedade mais justa e igualitária.

Oxalá tenhamos melhor oportunidade ao examinar este requerimento que pretendemos reapresentar, para saber o que se fez do patrimônio da União Paranaense dos Estudantes. E sabemos de muitos Deputados que aqui estão, que participaram da UPE, e possamos nós ver que esses Deputados não venham negar a sua origem e possam aprovar um pedido de informação neste sentido, para que não só o prédio da UPE, não só a chácara, como todos os móveis e utensílios, que não sabemos onde se encontram, possam ter o seu destino claro e definido: retornar àqueles verdadeiros donos e proprietários, os estudantes do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, podemos nos sentir entusiasmados neste dia, por vermos os estudantes de maneira clara, voltar a insistir.

O Governo quer ver a entidade legal, mas de fato ela está aí, presente, viva, clara e definida.

É a voz do estudante que quer ser ouvida. É esta UPE que ressurgiu com força e representatividade.

E termino, repetindo, porque são eleições legítimas das quais participaram, como disse, 500 vezes mais eleitores do que aqueles que elegeram o Governador do Estado do Paraná; e um Colégio Eleitoral, 400 vezes maior do que aquele que elegeu o Presidente da República.

O Estudante tem a UPE e começa a ter voz e começa a ter vez.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. No campo da ecologia, é muito comum encontrarmos planos repletos de propósitos idealísticos, porém de pouca ação.

Entretanto, no caso do Paraná, isto não vem ocorrendo. Porque apesar das limitações de recursos, vêm sendo postas em prática medidas inteligentes e medidas efetivamente racionais.

O Plano do Governo Ney Braga para o quadriênio 80-83, apresenta um programa de preservação ecológica, cujas ações já estão em desenvolvimento, através de inúmeros sub-programas.

Entre eles eu destaco o de preservação de mananciais e bacias hidrográficas, bem como o de sensibilização da comunidade, para preservação ecológica, além do combate à erosão, que toda a Casa sabe, todo o Paraná sabe, principalmente na região Noroeste do Estado, para a qual apenas os recursos estaduais são efetivamente insuficientes, reconhecidamente insuficientes.

As ações respectivas acham-se em desenvolvimento.

Mas em se tratando de ecologia, por maior que seja a dedicação dos órgãos governamentais, melhores resultados somente serão obtidos se houver efetivamente a colaboração das comunidades e mais do que a colaboração, a conscientização das comunidades. Porque tal esforço compreende não só a reposição, como a preservação daquilo que exista em cada área geográfica.

Baseado no plano de governo, uma conjugação de esforços, vem se estabelecendo entre o Governo Ney Braga e a população paranaense, em particular por engajamento voluntário das associações de serviços, os clubes de serviço, como o Lyons, como o Rotary e outras.

Essa articulação ensejou a criação de um programa adicional, que é a preservação de mananciais pelas comunidades, que foi lançado ainda no primeiro semestre do corrente ano.

Os objetivos deste sub-programa, cuja duração corresponde à atual gestão, são os de conscientizar as comunidades, sobre a importância das matas ciliares na proteção dos rios, particularmente daqueles formadores de mananciais de abastecimento de água e ao mesmo tempo arregimentar as comunidades para o plantio a conservação dessas matas, utilizando florestas nativas, principalmente na proteção dos mananciais e posteriormente nos demais cursos de água.

A importância das matas ciliares é fundamental na proteção e manutenção dos cursos de água. Isso é do conhecimento de todo mundo, em razão de que o seu profundo sistema de raízes, garante uma sólida fixação dos terrenos à margem dos mesmos, evitando-se dessa forma o assoreamento, o contínuo desmoronamento, até precoce, dos leitos dos rios.

A inexistência de vegetação permanente nas margens dos rios, possibilita o arrasto através das chuvas e dos ventos, e de terra para dentro dos rios, a qual irá se depositar junto às barragens e locais de captação de água para consumo, acarretando prejuízos ao seu bom funcionamento.

Junto a esta terra, são arrastados também fertilizantes e inseticidas, o que, além de empobrecer o solo, polui os rios, compromete a sua fauna, prejudica a saúde das populações, uma vez que, mesmo após o tratamento para obtenção de água potável, os resíduos permanecem em suspensão.

O uso de práticas agrícolas corretas, a formação e manutenção de uma barreira vegetal permanente, ao longo dos rios, além da sua importância para manutenção da fauna, contribuem para manutenção da qualidade da água e para minimização de outros problemas indicados.

É importante referir-se também a dois outros projetos, em desenvolvimento nas Secretarias da Agricultura e do Interior, pela sua íntima relação que guardam com este, e que são os de viveiros florestais comunitários, e os de matas ciliares, ambos em implantação com o apoio executivo do ITC.

O projeto "Viveiros Florestais comunitários" executado em articulação com as Prefeituras e comunidades, objetiva a criação de viveiros para produção e o fornecimento de mudas de espécies florestais nativas, ao replantio das matas ciliares, objeto do sub-programa "Preservação de Mananciais pelas Comunidades" a que nos referimos há pouco.

Tal produção de mudas, será reforçada pelos viveiros da Companhia de Saneamento do Paraná, órgão interessado e co-responsável no sucesso do programa.

Pelo mérito da iniciativa, nós - aliás, trouxemos à Casa esta informação, porque o mérito da iniciativa, cabe, de justiça, aos órgãos e entidades intervenientes nestes programas, quais sejam a SUREHMA, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado, a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, o Rotary Internacional, os Distritos 463 e 464, Associação Internacional de Lions Clubs, os Distritos L-6 e L-21, os quais, em ação conjunta, se encarregarão da sua eficaz execução.

Então, nós trouxemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses dados, para que a Casa tome conhecimento do que o Governo vem fazendo neste importante setor da vida do Estado. E informar também, que em mais de trinta e dois municípios, esses convênios já se acham em plena execução.

Outro assunto, Sr. Presidente, é que nós achamos que nada mais válido e estimulante a um membro de corporação, que a ambição e o propósito de galgar o posto máximo da organização à qual pertença, com o objetivo de, ao final da carreira, assumindo seu comando, imprimir os conhecimentos ditados pela experiência, como legado de aprimoramento a essa mesma corporação.

Essa é a nossa opinião pessoal, e que vem em apoio à reivindicação da oficialidade da Polícia Militar do Estado, no sentido de que seja preservado a membros daquela corporação, o posto de Comandante Geral, que vem sendo exercido por oficiais do Exército, desde 1.964.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos nós sabemos que a tomada dos postos relacionados à Segurança Pública pelo Exército Nacional, em todos os Estados da Federação, ocorreu como imperativo de um movimento revolucionário que então se afirmava.

Entretanto hoje, já historicamente implantado o movimento político, não há porque estratificar a praxe, o que era uma circunstância de emergência. O comando por membros do exército, das organizações para-militares, além de alijar membros dessas corporações, da legítima pretensão de ascender ao posto maior, constitui hoje na realidade, um desvio de funções de oficiais às Forças Armadas.

Até certo ponto desgastante para a própria imagem da instituição. Nós achamos que o exército é exército e polícia é polícia; as duas coisas não se confundem, não convergem. Exceto como dissemos, em circunstâncias de emergência revolucionária em que o Poder se institucionaliza pela força.

Vivemos hoje, graves preocupações sociais na área de Segurança Pública. Nunca como agora, o homem aparece como lobo do homem. Jamais a escalada da violência alcançou proporções tão atemorizantes. Daí, validar-se o interesse do aprimoramento das organizações policiais.

Em nossa visão pessoal, seria valiosa a providência do Governo, entregar-se à responsabilidade da administração das Polícias Militares a membros da corporação, presumindo que a vivência e a experiência dos mais graduados representam um patrimônio que não deve ser desperdiçado. Entender de forma contrária, apenas como exemplo, seria endossar o conceito de que o Ministério do Exército não fosse exercido por um oficial do Exército, o da Marinha por um marujo, o da Aeronáutica por um piloto ou que esta Casa, não fosse presidida por um Deputado, ou o Judiciário não fosse administrado por Magistrados.

Não vemos, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada além de validade lógica nas pretensões da oficialidade da Polícia Militar, sem demérito algum para o Governo, tão pouco para oficiais do Exército, que sob condições excepcionais também se houveram no comando da organização policial.

Nada mais é essa reivindicação, que o anseio pelo retorno à normalidade, à verdade das coisas, num conjunto de acontecimentos em todos os setores da vida pública que, genericamente, constituem a chamada "abertura política".

A Nação sai de um período revolucionário, já ultrapassado, e se acomoda na nova realidade, sendo necessária a retirada de ingerência, sendo elas nas organizações policiais, como nas sindicais ou outras quaisquer, onde a revolução pretende influir como de auto-aprimoramento em favor de toda a sociedade.

Esperamos que esta Casa, entenda de igual forma e some

com a reivindicação da oficialidade da Polícia Militar do Estado, considerando seus motivos como justos, em favor da sociedade paranaense.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Erondy Silvério, eu pretendia apartear-lo no primeiro tópico que Vossa Excelência estava abordando, e queria cumprimentá-lo pela importância do pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta tarde, com relação à preservação ecológica do nosso Estado.

Porque realmente Vossa Excelência aborda com muita propriedade, porque é um assunto dos mais importantes para o nosso Estado e é um trabalho que não é só do Governo, é preciso que haja a conscientização de toda a população para que possamos alcançar os objetivos que perseguimos.

E o Governador Ney Braga, o Governo do Estado está realmente muito interessado neste problema, e ainda há poucos dias tivemos uma reunião no Município de Piraquara onde estavam presentes mais de 40 Prefeitos do baixo Iguaçu, inclusive Prefeitos do Estado de Santa Catarina.

E deveremos ter agora, ainda este mês, uma outra reunião com mais de 60 Prefeitos na cidade de União da Vitória com o mesmo objetivo.

Porque Vossa Excelência sabe da gravidade da poluição dos rios e o Rio Iguaçu, está quase que completamente comprometido; as cabeceiras do Rio Irai, do Piraquara que são os mananciais que haverão de garantir a água para Curitiba para o ano 2.000, se não houver um trabalho sério e o Governo está preocupado e investindo milhões de cruzeiros. Porque Vossa Excelência não desconhece que o Município de Piraquara está hoje quase que comprometido através de loteamentos que foram feitos no passado e hoje está se tentando transportar esses loteamentos para fora dos mananciais das cabeceiras dos rios.

E isto está custando milhões de cruzeiros ao Estado. De modo que, eu queria cumprimentar Vossa Excelência quando aborda este assunto tão importante e espero que Vossa Excelência da Tribuna aproveite esta oportunidade para conclamar o povo do Paraná, e os Prefeitos paranaenses para que todos se conscientizem desse assunto tão importante de salvação da população do Paraná.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência que é oportuno, aliás esqueci e peço vênia a Vossa Excelência da participação que teve nessa reunião dos Prefeitos da área dos municípios banhados pelo rio Iguaçu.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte a Vossa Excelência.

O Governo efetivamente tem gasto recursos até que não podia gastar neste problema, porque esse problema tinha que ser de conscientização do povo.

O desmatamento indiscriminado, os loteamentos irregulares, o conluio de companhias de loteamento com autoridades corruptas é que vem causando esses problemas que agora o Governo tem que dispor de recursos que poderiam ser investidos em outros setores da administração para tentar corrigir um problema seriíssimo que vai nos trazer dissabores, principalmente a Curitiba com relação ao problema de abastecimento de água.

É por isso que é importante que toda esta Casa, Vossa Excelência, o nobre Deputado Ezequias Losso, o nobre Deputado Nelson Friedrich e outros Deputados que têm realmente se importado com este problema, que têm realmente se sensibilizado com o problema ecológico, ocupem por mais vezes

a Tribuna. Porque o que é necessário também é que se conscientize a população dos perigos, dos inconvenientes de um desmatamento irracional como está sendo feito não só nas cabeceiras dos rios, mas em todo esse Brasil.

Eu concedo o aparte ao Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso – Nobre Líder, inicialmente quero apresentar as efusivas congratulações a Vossa Excelência pela abordagem que faz de dois assuntos de grande relevância para o nosso Estado. Tenho acompanhado já há alguns anos o problema decorrente do uso indiscriminado das riquezas naturais, especialmente na região metropolitana de Curitiba e no litoral.

Como representante de Guaraqueçaba tenho recebido entristecido notícias as mais desagradáveis relacionadas com o abusivo desmatamento que lá está ocorrendo. E recentemente inclusive tivemos oportunidade de estar com Sua Excelência o Sr. Governador, juntamente com o Prefeito Municipal daquela importante região, com os Vereadores, quando fomos informados pelo nosso ilustre Governador do grande interesse que ele tem em procurar preservar as nossas riquezas naturais.

Por isto, a manifestação de Vossa Excelência, demonstrando a dedicação do Governo do Estado, é válida e confere com a realidade. Temos certeza que em Guaraqueçaba também o Governo Estadual brevemente estará atuando de forma decisiva para evitar que os abusos ali venham a continuar a ocorrer.

Por outro lado, a questão relacionada com a Polícia Militar do Estado do Paraná, quando pleiteiam que o comando seja exercido por um dos brilhantes oficiais que compõem aquela briosa corporação, acredito que esta reivindicação será ouvida pelos setores competentes e que numa união de esforços possamos ver conquistada, para a nossa terra, esta posição que acreditamos ser muito importante para a estabilidade social e o desenvolvimento da segurança.

Portanto, me congratulo com Vossa Excelência e me solidarizo totalmente com as afirmativas que nesta tarde trouxe.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. José Tavares – Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Quero cumprimentar a Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz neste tarde, primeiro quando fala da preocupação de Vossa Excelência e do zelo que nós Deputados, devemos ter, com relação ao problema ecológico. Vossa Excelência foi muito feliz nas afirmações que fez, nas considerações que teceu e portanto é digno deste nosso cumprimento.

Com relação também a outro assunto relacionado com a Polícia Militar do Estado, também quero não só cumprimentá-lo mas pedir permissão para dizer o seguinte: uma das coisas que até hoje não entendi, talvez a Revolução justificou ou tentou justificar, mas não convenceu no meu entendimento, é o porque que o Comando das Polícias Militares não é exercido por oficiais das polícias militares dos respectivos Estados.

Durante a minha passagem pela Secretaria de Segurança Pública, tive oportunidade de conhecer grande parte da oficialidade da Polícia Militar do Estado do Paraná. Conhecer inclusive mais de perto. É por esta razão que eu nunca consegui compreender. Sei que a Revolução tinha as suas razões, segundo ela, para impor um oficial do Exército neste cargo. Não sei se porque ela tinha mais condições de controlar as polícias militares, não sei se porque no entendimento dela os oficiais do Exército que ocupariam, ou viriam a ocupar estas funções seriam mais competentes ou mais dignos...

não sei qual a razão, mas sei que a Revolução tem.

Agora, acho que não mais justifica.

Não mais justifica não só a Polícia Militar do Estado do Paraná, mas como a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que tem um Comandante Militar, não do Exército, e que deu ao País um exemplo de competência, de sensatez, de dignidade, quando mostrou aqueles militares que assaltaram e mataram o funcionário de uma construtora naquele Estado. Acho que aquele oficial deu a maior demonstração de sensibilidade de como conduzir uma tropa.

Acho que está na hora do Paraná ter, a dirigir a sua Polícia Militar, um oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Acho que Vossa Excelência é autoridade mais exata para tratar deste assunto, uma vez que é líder do Governo e tem condições suficientes de encampar esta luta e sensibilizar o Sr. Governador do Estado e sei que não depende só de sua vontade para que a Polícia Militar do Estado do Paraná seja reconhecida e tenha restabelecido o direito de ter um seu membro como dirigente.

Obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Agradeço o aparte de Vossa Excelência que aliás é muito ilustrativo.

Nós nos esquecemos do fato ocorrido com a Polícia Militar de Minas Gerais, que vem demonstrar, como bem disse Vossa Excelência que as Polícias Militares em seus quadros contam com homens capazes para exercer o comando de suas corporações.

Se havia justificativa, ao irromper o movimento revolucionário de março de 64, para que o comando destas forças fosse entregue a oficiais do Exército, hoje já não subsistem estes motivos.

Porque está aí a abertura promovida pelo Governo, em constantes modificações, até, agora, na própria legislação eleitoral.

Então não se justifica mais. Por esta razão, Sr. Presidente, é que a Bancada do PDS, por meu intermédio, requer à Douta Presidência, o envio de Telex ao Sr. Governador Ney Braga que se encontra neste momento em Brasília, nos seguintes termos: (Lê): "A BANCADA DO PDS, POR SUA LIDERANÇA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, APELA AO EMINENTE GOVERNADOR, NO SENTIDO DE CONSIDERAR, E SE POSSÍVEL INCAMPAR, A JUSTA PRETENÇÃO DA OFICIALIDADE DA POLÍCIA MILITAR, NO SENTIDO DE QUE O COMANDO E A RESPONSABILIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO, SEJA ENTREGUE A OFICIAL DA PRÓPRIA CORPORAÇÃO".

O Sr. Deni Schwartz – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Quero cumprimentá-lo pelo requerimento apresentado e dizer que a Bancada do PMDB inclusive já enviou ao Sr. Governador do Estado, Ney Braga, Telex neste mesmo sentido, encabeçado pelo líder da nossa Bancada. O que vem demonstrar que para as coisas paranaenses, há possibilidades, de os políticos, tanto da situação como da oposição, se irem em defesa das causas paranaenses.

Vossa Excelência está de parabéns ao apresentar este requerimento à Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Muito obrigado a Vossa Excelência.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE – (Palácios) No horário reservado às lideranças, concedo a palavra ao Sr. Nelson Buffara que falará no horário reservado à Liderança do PDS.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não estamos acostumados, ao longo de nossa vida política, a agradarmos governantes, Ministros, Presidentes. Não obstante não poderíamos nos furtar e registrar o que vimos ontem nos jornais de Rio e São Paulo, referências as mais elogiosas ao Governador Ney Braga. E não faço isso por pertencer ao PDS, mas por reconhecer, no Governador Ney Braga, um homem de incontestável liderança política, a nível nacional, e que lá está em Brasília hoje para contatos presidenciais e ministeriais.

Sou inflexível ao emitir minhas ponderações. Mas, neste momento rendo homenagem àquele ilustre homem público, pelo que tem destacado; e pelo prestígio que lhe é assegurado, em todo o Ministério do atual Presidente, demonstrado ontem, por ocasião de sua estada em Brasília.

Não tinha outro propósito, não tenho outro objetivo, a não ser como Deputado que fui, por longos anos, do Partido Oposicionista hoje integrado no PDS sob a liderança desse grande homem público, que por certo, saberá levar este Estado, e se posições mais altas conseguir, o País, ao seu lugar legítimo, ao lugar de ventura e de felicidade.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Buffara, realmente a ida do Governador para receber uma homenagem em Brasília, a gente tem que destacar, porque me parece foi a primeira viagem do Governador, após a sua doença. Doença que inclusive trouxe prejuízos ao Paraná, porque nós perdemos há um mês atrás a verba do IBTU, que foi para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em função da doença do Sr. Governador.

Sabe-se inclusive, de fontes palacianas, de que o Governador deverá se ausentar, solicitar uma licença por um prazo mínimo de seis meses ou um máximo de um ano, para tratamento de saúde nos Estados Unidos.

Trata-se até de um aspecto humanitário, pedido pela própria família do Governador. E a ida do genro, Secretário da Saúde, aos Estados Unidos, já é um sintoma de que o Governador deverá ir tratar de sua saúde, nos Estados Unidos, porque precisamos de um Governador, no vigor de sua forma, e o que não vem ocorrendo infelizmente, com o Governador Ney Braga.

O SR. NELSON BUFFARA — Confesso a Vossa Excelência,

Deputado Fiori Luiz, que desconhecia esse esclarecimento que Vossa Excelência prestou. Vossa Excelência, bem informado, por certo, se fez esta afirmativa, é porque está se baseando em fatos que desconheço.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson Buffara, Vossa Excelência está nos concedendo um aparte, e vejo em Vossa Excelência um homem conhecedor dos problemas paranaenses.

Agora, infelizmente, Deputado Nelson Buffara, as aves agourentas, estão a rondar, sem que eu queira dirigir isto a alguém. O Governador vai muito bem obrigado, está em Brasília, tratando de assuntos do Estado paranaense.

Nós sabemos que o Governador Ney Braga está muito bem, está tratando de carrear benefícios, recursos para o Paraná como tem dado a todas as comunas paranaenses, no setor de telefonia, educação, saúde, no setor de Fundo Partido Sem Retorno, para os municípios.

Agora, Deputado Nelson Buffara, diz o adágio popular "perdoai os ignorantes porque não sabem o que dizem". As aves agourentas que querem que o Governador esteja doente, nós vamos refutar com a verdade. O Governador, como todo homem, Deputado Nelson Buffara, passível de doença, como

nós, hoje, estamos aqui conversando e amanhã poderemos estar mortos. O ser humano é isto.

Mas o Governador Ney Braga está em pleno vapor, está em sua plena saúde, como esteve na convenção do PDS, dando a sua mensagem ao povo paranaense. E se doença existe no Governador Ney Braga, é a doença de querer bem ao Paraná, querer bem à sua gente, e, principalmente, de perdoar os ignorantes, de acordo com os ditames de Jesus Cristo. "Perdoai os ignorantes, porque não sabem o que dizem".

E são os inocentes úteis que, ao invés de se incorporarem a este Governo que não quer outra coisa se não a junção e a união deste bloco monolítico que é o Paraná, para que o Paraná continue no concerto desta Nação, no seu lugar desejado, ao invés disso, ficamos fracionando, ficamos tripudiando sobre os homens, pela ignorância, talvez nossa de não pertencermos à Oposição, pelo crime de não sermos oposicionistas.

Então é isto, Deputado. Quisera Deus que todos os estados brasileiros tivessem um Governador como Ney Braga, para carrear benefício de todo o Brasil para o Paraná. Vossa Excelência está de parabéns. E como diz o adágio popular: "os cães ladram e a caravana passa".

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Estou aqui nesta tribuna, apenas para registrar um fato, um fato que acho que é irreversível.

Disse aos senhores, há duas semanas passadas, que o Governador Ney Braga, num ibope feito pelo Instituto Gallup, que devem os Srs. Deputados admitir que tem retaguarda, tem credibilidade, foi apontado como o primeiro Governador, de todos os Governadores. Enquanto Chagas Freitas, Malluf e outros estavam com o ibope acentuadamente em declínio, o Governador Ney Braga estava com o seu ibope crescendo assustadoramente, o primeiro no Brasil.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Gabriel Sampaio

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Nelson Buffara, agradeço a

Vossa Excelência em primeiro lugar, e quero confessar que sou um admirador do Deputado Fiori Luiz, há muitos anos. Acho, inclusive, que é um dos melhores homens do futebol do Paraná, um dos melhores comentaristas que conheço e conheci.

Desde o tempo da TV de Apucarana Canal 11, quando diariamente via Fiori Luiz frente às Câmeras, tenho admiração por ele. É um homem que entende profundamente de futebol, era um comentário naquela época bastante agradável e de um homem que realmente entendia do assunto que falava.

Mas, infelizmente, Deputado Nelson Buffara, não posso concordar com a posição do Deputado Fiori Luiz nessa Assembleia, neste instante. Porque são assuntos bastante graves para serem falados por ouvir dizer. Nós estamos falando de coisa séria, estamos falando de um homem que tem uma presença nacional indiscutível, da Situação e da Oposição. A homenagem que o Governador Ney Braga está recebendo em Brasília, foi o único Governador do Brasil que recebeu de ambos os partidos políticos e de todos os partidos políticos lá representados.

Na sua saída do Ministério da Educação, teve um jantar de homenagem que compareceram mais de 300 parlamentares, fato inédito na história política recente brasileira. Demonstrando com isso, que é um homem que além de pertencer a uma facção política, pertence aos quadros dos políticos nacionais, homem que já mereceu elogios de estadistas internacionais.

E não pode, peço datíssima vênha ao meu caro, sou seu admirador profissionalmente falando, não posso concordar Deputado Fiori Luiz que Vossa Excelência venha aqui, trazer um assunto de cafezinho, trazer um assunto da mais alta seriedade porque ouviu dizer. Isso absolutamente não posso con-

cordar. E digo para Vossa Excelência que se Vossa Excelência usava dentro do campo profissional do futebol, certas argumentações, de que o técnico tal ia cair, que o jogador tal ia ser vendido, não serve para político estadual que é coisa muito séria. Não se pode jogar aí porque ouviu dizer que o Governador foi pedir licença, pode ser até que aconteça Deputado Fiori Luiz. Mas, Vossa Excelência não tem o direito de vir a esta Casa, dizer que ouviu dizer. Porque nós estamos falando não do Governador do PDS, mas, do nome mais importante da política paranaense dos últimos 50 anos.

E peço a Vossa Excelência que por favor, traga a esta Casa, coisas sérias e notícias que Vossa Excelência possa confirmar e não dizer que ouviu dizer.

Obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Obrigado.

Não queria criar polêmica, porque também me solidarizo com a preocupação e apreensão da família do Governador e seu estado de saúde; todos nós estamos preocupados.

Segundo, com relação à colocação da minha função de jornalista, radialista, dezoito anos de rádio e televisão, em tom jocoso e até de pilhéria, quero dizer, Deputado Gabriel Sampaio, não pertencem ao BANESTADO nem ao Tribunal de Contas, não tenho padrinho; tenho que começar com o futebol e com muita honra.

O SR. NELSON BUFFARA — Concedo o aparte ao Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Só para dizer a Vossa Excelência, quando Vossa Excelência falou da pesquisa que o Instituto Gallup fez a respeito do Sr. Governador Ney Braga, apenas para dizer a Vossa Excelência que este entendimento não é o que a revista "Veja", desta semana, faz a respeito do Governador Ney Braga.

O SR. NELSON BUFFARA — Bem, Deputado, reporto-me a fatos, que Vossa Excelência tomou conhecimento. Então Vossa Excelência deve dizer, nesta altura dos acontecimentos, que a Rádio Globo é uma embusteira, é uma farsante. Foi no jornal das 11 horas que ouvi, quem quisesse ouvir, teria ouvido. Acho que Vossa Excelência faz uma acusação muito séria à Rádio Globo que foi quem divulgou. Aquela rádio deve tomar conhecimento da sua denúncia que é muito séria.

O Sr. José Tavares — Deputado Nelson Buffara, Vossa Excelência está colocando palavras suas na minha boca. Absolutamente, nem falei de Rádio Globo, e nem de TV Globo. Estou dizendo, com relação às afirmações que Vossa Excelência fez do Instituto Gallup.

(Discussões paralelas)

O SR. NELSON BUFFARA — Digo o que sei.

O Sr. José Tavares — Não discuto. Não vi e nem li. Acredito nas suas palavras.

O SR. NELSON BUFFARA — Fundação Getúlio Vargas.

O Sr. José Tavares — Acredito nas suas palavras, Deputado. Só estou dizendo que esse não é o entendimento deste último número que está em circulação na semana, da Revista Veja. Só isso.

O SR. NELSON BUFFARA — Uma pesquisa dirigida, com certeza.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Palácios) — Dentro do horário das Lideranças, falará pela Liderança do PMDB, o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)

"Atravessamos um período em que crises profundas estão se acumulando perigosamente.

A nota mais ponderável dessa superposição de fatores de inquietação é que, ao lado das crises conjunturais de natureza social e econômica, a Nação padece da mais grave crise política de toda sua história.

O relevo que damos à crise política brasileira resulta de múltiplas considerações acerca de sua natureza intrínseca, de suas repercussões e, sobretudo, da possibilidade de sua superação.

De início, devemos assinalar que a crise política está concorrendo poderosamente para agravar todas as outras, de natureza social, econômica e financeira.

Sua tendência é para ampliar-se, podendo colocar em risco as instituições que existem.

Em contrapartida, é a que comporta correção mais radical e mais rápida, pois sua superação dependerá, exclusivamente, do ajustamento da conduta dos Chefes do Governo aos tipos de liderança e aos padrões éticos de comportamento dos Chefes de Estado, dignos desse nome.

Como método de análise da crise política brasileira, começaremos por fixar as suas três componentes principais:

- a - a crise de autoridade;
- b - a crise de moralidade;
- c - a crise administrativa.

Para que se possa acompanhar o juízo de valor que pretendemos emitir a respeito da crise de autoridade, vamos expor inicialmente os princípios em que nos fundamos.

Os estados modernos, pela complexidade cada vez maior que suas tarefas e pela amplitude e pelo alcance das repercussões de sua ação, exigem de seus dirigentes, liderança firme e unívoca, como condição básica do êxito político".

BILAC PINTO — Câmara dos Deputados-1963.

Mas, é preciso distinguir entre a individualização e a personalização do poder. O primeiro, pertence aos regimes de força, e o segundo é uma necessidade dos sistemas representativos democráticos.

Em nossa situação, ao lado da individuação do poder, encarnada no Presidente João Baptista Figueiredo, temos a personalização do poder, encarnada principalmente no Ministro Golbery do Couto e Silva, eminência parda nacional, que tem como principal executor político, o Ministro Antônio Delfim Neto.

Essa contradição do poder, singularizada no Presidente da República como "autoridade incontestada", a que dão respaldo os chefes militares, apresenta a outra face - estratégica no Ministro Golbery do Couto e Silva e tecnocrática no Ministro Antônio Delfim Neto - como aquela que dá os alinhamentos econômicos e políticos nacionais. Essa contradição é a própria crise da autoridade, autoridade manipulada e imposta à Nação brasileira.

Parece que o Presidente da República compreende essa contradição mas se sente sem forças nem meios para vencê-la. Ele se apresenta como alternativa de liderança para a crise nacional; pede confiança da Nação; estende a mão para seus adversários, mas não consegue compreender que não é a liderança que a sociedade espera. Falta-lhe consenso nacional, falta-lhe legitimidade do poder. Talvez não tenha compreendido que precisa desembaraçar-se dos estrategistas políticos e econômicos, que representam a violência política, a manipulação política, a concentração de rendas e a corrupção.

Da herança recebida pelo Presidente da República e dos compromissos que firmou para chegar ao poder, resultam uma situação de inviabilidade política e uma crise econômica cada vez mais fechada em suas próprias variáveis.

Essa herança, que trouxe o centralismo político, a centralização do planejamento e o unitarismo administrativo, é a causa do impasse brasileiro.

Essa crise de autoridade desdobra-se em crise de moralidade e crise administrativa na esfera do Governo Central. E juntamente com a crise de legitimidade e autoridade, enfrentamos uma crise social, agravada às suas últimas consequências, pela política econômica que tem sido o projeto e o programa dos governos desde 1964.

Parece que as alternativas nacionais estão colocadas: ou se reformam as estruturas políticas e institucionais, através da participação livre dos brasileiros, ou navegaremos nas águas das crises sociais e econômicas, até que o bonapartismo venha para cá, através de novos meios de força, realizar parte das reformas que as oposições vêm pregando no País.

As oposições, notadamente o PMDB, vêm tentando persuadir as lideranças políticas, de que o momento brasileiro é muito grave e precisamos de urgentes medidas de salvação nacional. Contudo, o centro de decisão do poder, continua acalentando manter-se até que se rompa o dique nacional e naufraguemos noutra vaga de violências, como falsa solução para a vida brasileira.

Embaladas em seus próprios negócios, em suas próprias soluções individuais, as lideranças políticas procuram não ver a catástrofe que se aproxima rapidamente, procurando tapar os olhos para não ver os contornos claros de uma guerra civil, ribombando nos vales escuros da fome e da revolta do nosso povo.

É hora de se pensar, é hora de se analisar, é hora de ponderar.

Efetivamente, estamos a enfrentar uma crise, cujos tentáculos e contornos levarão fatalmente este País a uma insurreição popular, a um derramamento de sangue que todos devemos evitar.

O Sr. Gabriel Sampaio – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência e peço desculpas por ter-me distraído um instante, aqui. Deputado Fiori Luiz, Vossa Excelência falou muito em legitimidade. Perguntaria a Vossa Excelência, se na oportunidade em que o então MDB apresentou uma candidatura alternativa a Presidente da República, na pessoa do General Euler Bentes Monteiro e que procurou junto à opinião pública e especialmente no caso do Colégio Eleitoral formado pelo Congresso Nacional e demais integrantes, perguntaria se a candidatura desse General, que foi feito tanto empenho em torno dela, o MDB foi procurar um outro General para disputar com o General que está no governo hoje, Figueiredo? Se Vossa Excelência não via naquela ocasião legitimidade na tentativa do então partido da oposição, em disputar aquela eleição?

O SR. FIORI LUIZ – Poderia responder, Sr. Deputado, e como entendo só de futebol ...

O Sr. Gabriel Sampaio – Poderia continuar o aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Vossa Excelência entendeu mal, não quero voltar a polemizar com Vossa Excelência. Estava dizendo da minha amizade pessoal, da minha admiração pessoal por Vossa Excelência, no campo profissional que lhe competia naquela ocasião. E Vossa Excelência distorceu minhas palavras, querendo levar para um outro campo. Isto ficou por conta e risco de Vossa Excelência. Mas, para encerrar o assunto, Deputado Fiori Luiz, que o estimo muito pessoalmente, e não quero aqui tomar o tempo das taquígrafas, com problemas que Vossa Excelência entendeu mal, e gostaria apenas de ficar no caso específico do seu discurso, um discurso bastante interessante e importante, para inquirir Vossa Excelência com relação ao assunto que falei. Se Vossa Excelência veria ou viu legitimidade naquela oportunidade.

O SR. FIORI LUIZ – Todas as medidas, o MDB procura abrir

os braços e buscar todos os caminhos viáveis, Sr. Deputado. Nós entendemos, não somos a favor de se fechar diálogo, com o Exército, ou com militar; o contrário. Vossa Excelência deve saber perfeitamente que há uma divisão claramente definida dentro do próprio Exército, entre aqueles nacionalistas e é o exemplo do General Airoso que assumiu agora, de tendência puramente nacionalista, contra a invasão estrangeira no País; o PMDB busca o diálogo, como buscou naquela ocasião. Buscando alternativas. Este é o caminho do PMDB.

O Sr. Deni Schwartz – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Acho que a maior crise que vive este País, é uma crise de confiança. A grande verdade é que pergunto a qualquer cidadão desta Casa, se ele acredita na nova política econômica, por exemplo do Delfim Neto.

Há oito meses atrás, Mário Henrique Simonsen estava errado, foi tirado; há um mês atrás, o Sr. Delfim Neto, dizia o seguinte: "a minha política começa a dar certo. Porque a inflação no mês de setembro diminuiu; já no mês de outubro, quase dobrou. Aí muda a política econômica. Agora, num País onde nós já passamos vendo gente vender a sua casa e o seu automóvel para aplicar na Bolsa, para encher os bancos e depois ser pilhado totalmente na sua poupança.

Alguém acredita nesta nova política de poupança interna? Quer dizer, essas mudanças todas vão a tal ponto que de fato, nem o diálogo é possível mais. Quatro ou cinco militares foram deportados para dentro do Brasil porque teriam ligações com políticos oposicionistas, mas as manchetes dos jornais e das revistas da semana, trazem um sorridente, Sr. Walters, um dos responsáveis pela preparação do golpe de Estado de 1964, dialogando com os militares, com o maior número de estrelas possíveis, inclusive dentro do Palácio. Quero dizer, falar com brasileiros dentro do Brasil é proibido para os militares, mas falar com o gorila número um deste mundo, ex-subchefe da Companhia, é um fato normal para o brasileiro. Fico com pena de uma pessoa neste País, que hoje estou quase acreditando na sua boa vontade e até pretendo entrar com um requerimento nesta Casa, de regozijo a ele. É o pobre do nosso chamado Presidente João Baptista Figueiredo. Porque, de fato, este homem não governa, não manda. É o Sr. Delfim que muda a política de uma hora para outra e continua. É o Sr. Mário Carneiro, que agora, inclusive, virou comentarista político no País; entendido de tudo, porque naturalmente, a política do Sr. Delfim veio em benefício a ele.

Quero dizer, de repente são os militares que proibem os seus colegas de falar com a Oposição. Mas bastou o Reagan ganhar nos Estados Unidos, o nosso futuro Chefe corre aqui para o Brasil, a célebre figura do Sr. Wernun Walter, para dialogar com os militares brasileiros. Isso é aberto, às escâncaras. Se entregou este País. Por isso que tenho pena do Sr. João Baptista Figueiredo que agora até num lance que deve ser elogiado por todos, resolveu acabar com a patifaria que estavam fazendo, e espero que vença nessa, de não permitir que o Sr. Ludwig, venda para Alcoa as reservas de bauxita brasileira, que está aí nos jornais de hoje; o Governo impedindo mais esta transação, mais esta desnacionalização de alguma coisa.

Por isso, acho que o grave problema neste País, é a falta de confiança que temos nos nossos governantes, e duvido que tenha hoje um brasileiro que se disponha a pegar o seu dinheiro e por em poupança, porque depois de amanhã o Sr. Delfim pode resolver...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Lamento informar, mas o horário do orador que se encontra na tribuna, está esgotado.

O SR. FIORI LUIZ – ... concluo e repito que se não me falha a memória, disse aqui desta Casa, Sr. Deputado, e citava

o problema da falta de confiança. Perguntaram a um mestre oriental, certa vez, quais as três piores coisas para um País. Ele dizia: primeiro, a fome; segundo o Exército dividido; terceiro, o Governo perder a credibilidade popular. E indagaram: Mas, mestre, das três, qual é a pior? Respondeu o mestre: "O Governo perder a credibilidade popular".

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Consulto o PP. se quer fazer uso de seu horário.

Havendo declinado, consulto o Deputado que representa o PTB. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução subscrito por diversos Srs. Deputados, constante do expediente. –

Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela ordem) – Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (Procede a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Responderam a chamada nominal 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 134/80, de autoria do Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel", com sede e foro no Município de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – EM REGIME DE URGÊNCIA. – Aprovado.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 136/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 63/80), que aprova Proposta de Orçamento Anual do Estado para o exercício de 1981. Com Parecer da C.O., já distribuído através de Avulso do Diário da Assembléia. – Aprovado.

O SR. RENATO BERNARDI – (Pela ordem) – Requeiro de Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

23 Srs. Deputados o aprovam;

9 Srs. Deputados o rejeitam. – Aprovado.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 139/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "Associação Missionários Servos dos Pobres", entidade com fins filantrópicos, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 147/80, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que declara de utilidade pública a "Liga Municipal Piquiriguaçu de Futebol", com sede e foro na Cidade de Guaraniáçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 148/80, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que declara de utilidade pública a "Sociedade Esportiva e Recreativa Metalúrgica", com sede e foro na Cidade de Guaraniáçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 149/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública a "Associação Educacional Lins de Vasconcelos", com sede e foro na Cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 151/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a "Sociedade Procopense de Assistência ao Menor - Casa da Criança de Cornélio Procopio". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. – Aprovado pela Emenda Substitutiva.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 143/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 64/80), que visa a majoração de vencimentos dos servidores civis e militares do Estado, para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1981. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por unanimidade e da C.R.H., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. – COM PRAZO CONSTITUCIONAL. – Em discussão o projeto e emendas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo encaminhou a esta Casa o projeto de lei ora em discussão, visando corrigir parcialmente a defasagem salarial do seu funcionalismo público, posto que a última elevação de vencimentos data de 1979, e entrou em vigor em janeiro do corrente ano.

Já discutimos aqui, Sr. Presidente, que longe de satisfazer a necessidade do prestador de serviço estatutário, o Governo propala que eleva em setenta e dois por cento o vencimento básico do funcionalismo público estadual. Temos em mãos, Sr. Presidente, que de janeiro até o mês de outubro, a elevação salarial já absorveu toda a correção monetária que o Governo pretende fazer nos níveis de vencimento do funcionário público.

E o curioso, Sr. Presidente, é que baseado na Fundação Getúlio Vargas, o Governo lança mão dos índices divulgados pela Fundação que o Governo adota como norma de elevação e de reajuste de vencimentos básicos de todo o trabalhador remunerado.

Acontece que no Paraná, Sr. Presidente, há um instituto, o chamado Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico-Social, o IPARDES. E recentemente, em audiência com cinco senhores Secretários de Estado nesta Casa, o eminente Deputado Deni Schwartz indagava, dos Excelentíssimos Secretários, qual a validade da pesquisa feita por este instituto - tendo em vista que a elevação do custo de vida e o índice inflacionário ultrapassavam, em muito, a casa dos cem por cento.

Naquele determinado momento, o próprio Secretário do Planejamento se deu conta que esta instituição estava servindo de escudo da própria argumentação oposicionista, em todos os pronunciamentos relacionados com planejamento, economia e finanças do Estado.

O que ocorreu, Sr. Presidente? O Governo, através de sua Secretaria de Planejamento, proibiu que os novos índices de elevação do custo de vida e de inflação no País fossem divulga-

dos; porque se o Paraná tem um instituto de pesquisa e o Governo não lhe dá credibilidade, qual a razão da existência do mesmo?

O argumento do Deputado Deni Schwartz, naquele preciso momento, foi exatamente este: de que serve então um instituto de pesquisa, se as pesquisas não valem? Foi a pergunta feita pelo nobre Deputado. Não seria um cabide de empregos?

E o que vemos? O resultado da observação do Deputado Deni Schwartz. Não consta mais nenhuma pesquisa relacionada com custo de vida, nem com inflação, no último boletim do IPARDES. Entretanto, nos anteriores, fazendo-se a projeção da alta do custo de vida, verifica-se imediatamente que de 1979, no Diário Oficial de 05 de dezembro de 1979, a Lei 7.258 elevou os níveis de vencimento do funcionalismo público estadual.

Pasmem, Srs. Deputados, há dez meses atrás o funcionalismo público ganhava Cr\$ 2.991,00 do nível 1 até o nível 4. Posteriormente, com a elevação do salário mínimo regional, ao qual o Governo está subordinado constitucionalmente, reajustou-se 16 níveis do funcionalismo público estadual e o maior nível de vencimento do funcionário público estadual, nível 30, do Poder Executivo, é de Cr\$ 12.132,00.

Ora, Sr. Presidente, parece piada que o Governo corrige a moeda com relação ao vencimento do funcionário público sem ter a visão correta da inflação que o próprio Governo, pelo seu instituto, constatou. E setenta e dois por cento, dizíamos nós, já está defasado.

Certa ocasião dizia aqui desta tribuna, na Legislativa passada, em três meses de vencimento de então, o Governo do Estado - através do atraso da correção do salário do funcionário público, poderia fazer 30 km. de estrada asfaltada em condições normais. Quem pagava estas estradas? Era a diferença salarial entre o reajuste e a correção que deveria ser feita do funcionário público estadual.

O Sr. Deni Schwartz - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para não deixar passar o problema do IPARDES. A ironia do destino. O Governo, quando citado o IPARDES, resolveu proibi-lo continuar a divulgar os índices do custo de vida em Curitiba. Tanto que no último boletim que recebemos ontem, já esse item não consta mais. E o Governo dizia, através do Secretário do Planejamento, que os técnicos do IPARDES faziam este cálculo como um mero exercício matemático. Mas a ironia do destino é que três dias depois de a imprensa ter noticiado o fato de que o IPARDES deixaria de noticiar o aumento do custo de vida em Curitiba, nada mais nada menos do que a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o famigerado IBGE que dá os índices, porque nem a Fundação Getúlio Vargas mais dá estes índices, o Sr. Delfim Neto resolveu passar tudo para o IBGE, onde ele tem um mandado, para poder manipular os dados, a famigerada Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, esteve em Curitiba, para firmar um convênio, para que o cálculo do custo de vida fosse feito aqui no Paraná. E firmaram o convênio com quem? Exatamente com o IPARDES. O mesmo IPARDES que não merece confiança do Governo Estadual passou a merecer a confiança do IBGE. Como nós não temos confiança no IBGE, que já manipulou os dados sobre a inflação há quatro ou cinco anos atrás, tanto que fez um achatamento salarial, e até hoje se está na justiça discutindo este problema, o mesmo IBGE veio aqui, talvez estragar inclusive uma tradição de 15 anos do IPARDES, e do seu antecessor. Existe um verdadeiro patrimônio, no IPARDES, de colegas de dados de 15 anos, que agora, para esconder a verdadeira situação do Paraná, o Governo impede de continuar. É muito preocupante isso. Porque amanhã, acredito que no próximo número, já não venha mais no Boletim do IPARDES, o que está neste último. Onde se afirma taxativa-

mente, que Curitiba, é, das regiões metropolitanas do País, a cidade onde maior foi o número de desemprego, por exemplo, na construção civil. E se olharmos nos últimos anos, nós veremos que Curitiba e o Paraná e principalmente a Capital, está entre só tem uma outra região metropolitana, onde o desemprego é maior que Curitiba. E são dados que estão aí, que acredito no próximo número não virá mais, porque nós usando esses números, denunciando dados pelo próprio Governo, parece que mal dizemos o trabalho de técnicos altamente capacitados, mas que o Governo parece que não quer que eles trabalhem. Talvez seja melhor agora, fazer este convênio com o IBGE, porque o IBGE vai manipular os dados de acordo com os interesses do Sr. Delfim Neto. Agora nem mais o Sr. Delfim Neto pode esconder uma coisa: quando se admite, quando se oficializa o índice de inflação em 7,6 por cento, no mês de outubro, a gente já vê que mesmo pegando os índices deflacionados, os 72 por cento, em dezembro, estará completamente defasado com a realidade. E o funcionalismo público do Estado do Paraná, que já está com os seus níveis achatados, estará ainda mais achatado em janeiro.

O problema é bastante grave, porque parece que não se encontra uma solução para os vencimentos do funcionalismo público, que estarão, em janeiro, indiscutivelmente achatados no mínimo em 20 por cento, em relação a janeiro de 1980. É um fato grave, porque com isso, haverá a mediocridade do funcionalismo público; haverá a privatização de mais alguma coisa, outras economias mistas etc. para fugir dos controles, irão aparecendo; irão aparecendo as CLTs. E o que vai acontecer? Talvez dentro de um plano maior se privatizará o País. Um País que no nosso entendimento, deveria, na verdade, estatizar mais.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que vem elucidar profundamente esta questão relacionada com os índices inflacionários.

É de se perguntar também, Sr. Presidente, como o funcionário público realizará o pagamento das suas casas populares?

Há um verdadeiro conflito na área econômica, na área financeira, atendendo à exigência provável dos banqueiros, o Ministro do Planejamento houve por bem divulgar a liberalização da taxa de juros.

Ora, qual o funcionário público deste e de outros estados que terá capacidade de poder aquisitivo para satisfazer os índices correcionais dos ajustes da casa própria?

Veja-se por exemplo, o índice inflacionário destes últimos 12 meses, oficialmente, chegou a 110 por cento, até o mês de outubro; o índice de custo de vida, em Curitiba, até outubro, através do IPARDES, 101,95 por cento.

Ora, o funcionário já vem sofrendo a defasagem salarial desde que entrou em vigor a lei de elevação do vencimento. Poderia argumentar o Governo: mas o Estado não tem capacidade financeira para suprir esta defasagem, esta deficiência, esta corrosão salarial.

E o que faz o Governo dos estados, não só do Paraná, para alterar esta política centralista que carrega para os cofres do Planalto toda a arrecadação tributária, fiscal, taxas e todos os pagamentos feitos pelo contribuinte? Distribui de acordo com a sua livre vontade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Mensagem elevando os níveis salariais ou de vencimentos do funcionário público, diz na Tabela I do anexo I: nível 1, 2, 3 e 4 Cr\$ 6.331,00; ora, aduzindo-se a Parcela Adicional Social, que é de Cr\$... 1.447,00, e que, por uma lei votada por este Poder foi revogada para ser adicionada ao vencimento do funcionário público, não consta desta projeção da mensagem, a elevação.

Temos notícia de que, posteriormente, o Governo fará uma nova correção, quando virá, para esta Assembleia, o plano de reclassificação, já com toda a harmonização de emendas a

ele aduzidas.

Ocorre o seguinte: que este plano de lei em discussão, corrói, somando-se a Parcela Adicional Social, 10 níveis de vencimentos do Poder Executivo. Até o nível 10, que está fixado em Cr\$ 7.084,00, o funcionário perderá por mês Cr\$... 136,00; o nível 9, 8, 7, 6, 5, 4, até o 1; o 1 vai a Cr\$ 889,00 mensais. E afora esta discrepância, a lei também não procura ajustar o salário família à realidade da elevação feita pela CLT do Governo Federal.

O Governo do Estado fixa em Cr\$ 250,00, a elevação ou a atribuição do salário-família, enquanto que, na iniciativa privada, este valor é de Cr\$ 289,50.

Sr. Presidente, é lamentável que o Estado do Paraná, que acaba de descobrir jazidas riquíssimas, que tem no seu subsolo um potencial altamente favorável ao seu crescimento econômico, não tenha tido a capacidade de gerir os seus negócios internos com determinação e com estreita correção para que o seu cidadão, sobretudo o seu funcionário público, não receba a carga dos desajustes econômicos da política do Governo.

Afora isso, Sr. Presidente, discute-se hoje principalmente, já que foi retirado da Ordem do Dia por 5 sessões consecutivas, o problema do professor, do salário básico de remuneração do professor. E nós levantávamos aqui na semana passada, uma divergência entre a proposta do Governo e aquela que foi combinada, ajustada, acertada com o magistério através de suas lideranças.

É verdade, e decline-se aqui essa compreensão, que a Liderança do PDS entendendo que havia divergência de tratamento, divergência de valores, de posicionamento, de ajuste, houve por bem pedir a retirada do projeto da Ordem do Dia, para que fosse ele ajustado à realidade acertada entre magistério e Governo.

Entretanto, a Mensagem aditiva assim ainda veio com falha e procurou-se estabelecer um novo critério de entendimento. E, na listagem de intenções, ou no pró-memória, o Governo mesmo, dizíamos nós aqui desta tribuna, no dia 12, o Governo mesmo entendeu que a sua mensagem não estava em consonância com a última iniciativa dos professores e a sede do Governo para ajustar o piso salarial, em 2 mínimos regionais. E a dúvida existia no problema da Regência de Classe. Porque o Governo ao declarar a conquista da Regência de Classe, imbuíu no próprio valor de 2 salários mínimos, a quantia correspondente à Regência de Classe.

Posteriormente, buscou-se novo entendimento, e esta Assembléia está a discutir emenda proposta pelos eminentes Deputados do Governo de iniciativa de sua liderança, no meu modo de interpretar a cópia xerográfica.

Mas, a par disso, a Oposição, respeitosamente, Sr. Presidente, já naquela mesma tarde do dia 12, dando-se conta da divergência existente na proporcionalidade da Regência de Classe, apresenta para turno desta discussão, uma emenda correspondente à correção do valor relativo à Regência de Classe, que ficou estabelecido, concretizado, ajustado entre o magistério e o Governo do Estado no percentual de 15,2 por cento.

Ora, a Mensagem aditiva, fala em 59 cruzeiros por aula de regência. Entretanto, nessa proporção, a Regência de Classe passa a ter o valor de 68 cruzeiros por aula, e não conforme está no projeto ou na Mensagem aditiva. Por essa razão, não tendo possibilidade da Assembléia deste Poder discutir a Mensagem, com esta emenda, a Oposição oferece esta oportunidade para se corrigir, no meu entender, mera inadvertência da parte do Governo.

Já que, encontra-se também, na mesa uma emenda da Oposição, buscando reajustar os dois salários mínimos de piso básico para o professor de primeira a quarta série.

Sr. Presidente, pode ser discutido e com fundamento juridicamente sustentável que as emendas têm a eiva da inconstitu-

cionalidade. Não é menos verdade, Sr. Presidente, que se constituindo num erro de datilografia e na ausência do Governo do Estado, não se pode deixar à mercê desta eiva a descoberta salarial do funcionalismo público, principalmente no caso dos professores de 1a. a 4a. séries.

Então a Oposição entende que é preciso haver um reajustamento no valor correspondente e através da inclusão nesta lei da alteração relativa unicamente do valor básico, que pela proposta governamental inicial era de Cr\$ 9.916,00. Depois veio a Mensagem aditiva, corrigindo para Cr\$ 10.044,00, ainda em desajuste porque o valor correto de dois salários mínimos chega a Cr\$ 11.578,00. E no meu entender, data vênha dos signatários da emenda proposta pelo Governo ou pelos componentes do Partido do Governo, não chega a esgotar a exigência legislativa, principalmente tendo em vista o seguinte: fica o Poder Executivo autorizado a elevar por Decreto o vencimento do nível 1 da Tabela 6, do Magistério, do Anexo I desta lei, para Cr\$ 11.578,00.

Ora, Sr. Presidente, se nós deixarmos ao arbítrio do Governo, evidentemente que poderá surgir dúvidas e incertezas na aplicabilidade do instituto que se está legisferando. O nível de vencimento proposto pela Mensagem aditiva é de Cr\$... 10.044,00. A emenda proposta pelo Governo não altera, apenas acrescenta um parágrafo ao artigo primeiro, de tal sorte que vai haver um conflito de institutos se o Governo não vetá-lo, ou se não vetar o nível 1 de vencimento do magistério primário.

Como é que poderia ser regularizada na lei, Sr. Presidente? Através do consenso desta Assembléia, votando pela emenda substitutiva deste grupo classificado como nível 1 do magistério na tabela 6, Anexo I.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderia ser argumentado que com esta emenda do Governo ou dos eminentes Srs. Deputados do partido oficial, que sendo ela uma emenda inconstitucional poderia sofrer um veto com base nos parâmetros constitucionais. Mas qualquer das emendas torna-se inconstitucional. Mas o que se busca aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é ajustar a divergência existente entre a realidade acertada e combinada e a proposta legislativa.

É neste aspecto que nós fazemos um apelo aos homens representantes do partido PDS, para que examinando estas ponderações, cheguemos à conclusão lógica e racional de que é preciso ajustar o texto da lei à realidade concreta. Porque do contrário...

São duas emendas, Sr. Presidente. A primeira, ajustando o valor de Cr\$ 11.578,00 e a segunda, corrigindo o percentual das aulas ministradas pelo professor primário.

Há ainda uma outra questão a ser levantada no turno de segunda discussão. Indaga-se por que a professora ou professor do ensino pré-escolar não tem direito à percepção da regência por aula, qual a diferença de tratamento entre o professor pré-primário e o professor primário. É importante este aspecto e o próprio Ministro da Educação tem afirmado que a escolaridade precisa atender as crianças antes de demandarem ao primário. Por que razão?

Sabemos, Sr. Presidente, que aproximadamente 60 professores estatutários, pertencentes ao quadro próprio do Magistério, estariam fora deste tratamento geral do Magistério. Fora estes, um exame feito pelos organismos de classe, constatou que o total de professores pré-primários não vai a 600 professores. Entretanto, os alinhados no estatuto próprio chegam, no máximo, a 60 professores. E a lei estabelece um tratamento iníquo para com estes professores.

É preciso que o Legislador tenha uma visão correta destes aspectos, destes fatos, não somente sociológicos, mas sobretudo educacionais, para que o Magistério não sofra, como está acontecendo em todo o Brasil. Está havendo uma fuga para outras atividades; professores eminentes saindo das salas de

aula e buscando novas alternativas de emprego, exatamente porque o Magistério hoje não passa de um sacerdócio, com remuneração abaixo da dignidade de sobrevivência.

Sr. Presidente, é estarrecedor que o Departamento de ensino pré-escolar, a Secretaria da Educação, a FUNDEPAR, nada sabem sobre a situação do professor pré-primário. Buscou-se uma justificativa, nenhum destes organismos sabia dizer, ou omitiu de dizer, qual era o contingente de professores estatutários ou de CLT que pertencem a este tipo de ensino.

É por esta razão, Sr. Presidente, que neste momento de dificuldade para a sociedade brasileira, neste momento em que se agiganta a carga tributária e o arrocho salarial, que o Legislador tem uma visão correta de causas e efeitos, que se tome uma atitude. Não será pior, para o Estado e para o País, que os seus cidadãos não tenham uma remuneração compatível com a sua dignidade, para a sua formação étnica, ética, biológica, física, educacional, cultural. Qual seria o maior prejuízo para o Estado? A baixa remuneração ou o suprimento das deficiências todas que o aluno passa a ter. O prejuízo é extremamente incalculável, Sr. Presidente, e os efeitos estão gerando aí as dificuldades na sociedade. O povo brasileiro assiste pasmado as suas dificuldades, sem nada fazer. Quem está fazendo o movimento popular neste País, Sr. Presidente? Principalmente determinadas áreas de cultura da sociedade e determinadas áreas de produção da sociedade. É o caso da suinocultura, é o caso dos colonos de Santa Helena, é o caso dos professores, é o caso também e não sei porque cargas d'água isto está ocorrendo, hoje também, da construção civil. E tantos outros segmentos da sociedade, que clamam por justiça, que buscam a compreensão do Governo. E ainda recentemente falava, desta tribuna, o Deputado Fiori Luiz, alinhavando estes problemas seríssimos que aguçam o sofrimento do povo brasileiro. É a visão que se tem, Sr. Presidente, lamentavelmente e me permito dizer, é uma visão protecionista do esquema oficial que aí se encontra.

Ora, que tipo de patriotismo nós poderíamos argumentar? Não se fala de diálogo, de mão estendida, de buscar novas fórmulas para se chegar num modelo adequado para a sociedade brasileira? E estes ministros através de portarias, de decisões de televisão, altera toda a economia e os seguimentos da sociedade, tumultua as famílias, cria problemas inclusive para os setores econômicos do País.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de apresentar à Assembléia, a arma mais poderosa para a Revolução. De fato, está aqui neste papel. Em 1978, quando fazíamos a campanha eleitoral, uma das coisas que nós falávamos, era de que a distribuição de rendas no País era muito diferenciada. E que entre o menor salário e o maior, nós tínhamos 80 vezes. Enquanto que na Alemanha a média é de 8 vezes.

Mas vejamos aqui neste plano de lei, o problema que nós encontramos, todos nós, que de uma maneira ou de outra fazemos parte do Governo, porque a Assembléia Legislativa também é governo. Enquanto um Conselheiro do Tribunal de Contas, ou um Desembargador vai ganhar cento e vinte mil, oitocentos e quatro cruzeiros, os níveis 1, 2, 3 e 4 vão ganhar Cr\$ 6.331,00. Portanto, mesmo na escala de funcionários públicos, nós temos uma diferença do menor para o maior, de 190 vezes. 190 vezes, entre os níveis 1, 2, 3 e 4 e os níveis do Desembargador ou do Conselheiro. Se isto não é arma para uma revolução, não sei o que será. Mas de fato, se nós formos para a área particular, a coisa é mais grave ainda.

Então, como hoje já se falou em revolução e perigos e de convulsão social, de fato até nisto que nós estamos aprovando e vamos aprovar, nós estamos entregando uma arma ao povo. Porque de fato não estamos tendo a capacidade de achar soluções. Os governantes como um todo, não estão tendo esta capa-

cidade. Tanto que diferenciam entre o menor e o maior 190 vezes.

Acontece, Sr. Deputado, que a coisa é mais grave, porque se nós formos olhar as vantagens dos níveis 1, 2, 3 e 4, de quinquênios e etc. a gente verá que estes vencimentos talvez, para alguém que esteja com 20 anos de serviço, aumente para oito mil cruzeiros. Mas para quanto aumentará para um Conselheiro ou um Desembargador que esteja com estes 20 anos? 20 anos são vinte por cento; e vinte por cento sobre 120, vai dar mais vinte e quatro mil cruzeiros em cima desses 120. E se nós formos contar as diárias, o tempo integral, a coisa vai a mais de duzentos mil cruzeiros. Então, passa a ser duzentos mil, duzentos e vinte mil cruzeiros, contra oito mil cruzeiros. Está aqui a arma mais poderosa para a convulsão social que está aí, não só a nível de funcionário público, mas, principalmente, na área particular.

Quando se teve uma convulsão social, deveríamos olhar bem esses números, porque aqui está matematicamente provado. Isto aqui é mais poderoso do que qualquer fuzil. No momento em que o funcionário souber que ele ganha Cr\$ 6.331,00 e que alguém ganha Cr\$ 120.000,00, se ele somar isso às vantagens, ele se torna um revolucionário.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado Deni Schwartz, o aparte de Vossa Excelência realmente é irrefutável. E recentemente nós falávamos aqui, também desta tribuna, que a forma de tratamento do Governo, todos os governos, mas falávamos do Governo do Paraná, que este abono provisório tem um caráter - no meu entender - eminentemente demagógico. Por que as camadas de melhor rendimento recebem mais? E por que é que esses níveis todos que hoje estão acavalados, vão receber a proporção de trinta por cento sobre seu vencimento?

Por que não consignar a todos com equidade, Cr\$... 4.500,00, já que o Tesouro do Estado não tem capacidade, não tem suporte financeiro para resistir um impacto destes, segundo argumento. Mas, nós lá falávamos aqui também que a arrecadação do Estado - e temos argumentos indiscutíveis, onde, inclusive, na minha região, a região de maior arrecadação do Estado do Paraná, a Delegacia da Receita Estadual de Cascavel foi a que mais cresceu nos últimos 12 meses. E esse argumento é absolutamente indiscutível, e é tão indiscutível que, havendo elevação de preço de produtos ao consumidor, ou produtos negociados, que sejam tributáveis, evidentemente, que a proporção eleva-se de acordo com aquela elevação de preço. Realmente fica aqui a dúvida, ao mesmo tempo que nós fazemos um apelo no sentido ponderado, no sentido da mais alta racionalidade, para que não fiquemos só argumentando que no passado dizia-se "que o comunismo é responsável por esta baderna que está no País". Depois veio o problema do petróleo; e, agora, nós dizemos, a dívida externa.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: que, tratando-se de um problema eminentemente sociológico, são esses professores responsáveis pela culturização dos nossos jovens, das nossas crianças.

É preciso que nós todos, Parlamentares, tenhamos sobre nossos ombros uma carga muito alta da responsabilidade, no conduzimento dos negócios, no destino deste Estado. Por esta razão, faço um apelo a todos os Srs. Deputados, sobretudo à Bancada Situcionista, para que aprovemos não só a elevação da regência, que é proporcional. Está alinhado num documento assinado pelo Sr. Ney Braga, e que, por mera inadvertência, não veio a este Poder, como emenda, ou como Mensagem.

Então, a Oposição oferece esta oportunidade, para se reparar uma das mais indiscutíveis injustiças, e também na questão do valor, porque poderá ocorrer o veto governamental, se nós fizermos a emenda de acordo com a proposta do Partido do PSD.

Estas eram as ponderações que gostaríamos e fizemos desta tribuna. (Sem revisão do orador).

○ SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Encerrada a discussão.

○ SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela ordem) – Requeiro novamente a chamada nominal.

○ SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

○ SR. 1.º SECRETÁRIO – (procede a chamada nominal).

○ SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Responderam a chamada nominal 38 Srs. Deputados.
Em votação o Substitutivo Geral.

○ SR. DENI SCHWARTZ – Para encaminhar, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

○ SR. DENI SCHWARTZ – Sr. Presidente, quero deixar consignado meu voto favorável ao projeto na forma inclusive das emendas apresentadas, mas quero deixar também consignado que considero ambas as emendas totalmente inconstitucionais. E espero e praça aos céus que assim aconteça. Acredito que assim acontecerá porque é uma promessa do Sr. Governador que a sanção do Sr. Governador sane essa inconstitucionalidade que praticaremos hoje. E de outra parte que esta sanção seja conjunta, e que o Decreto que a emenda prevê venha a vigorar juntamente a partir do dia 1.º de janeiro.

Porque quando esta Assembléia autoriza ao Executivo por Decreto alterar a tabela, nós estamos autorizando e não determinando. E ao autorizarmos e não determinarmos, poderemos e nós esperamos que assim não o seja por considerarmos o Sr. Governador um homem de palavra nos seus compromissos. Logo esperamos que a partir de 1.º de janeiro já esteja pronto o Decreto, ajustando a tabela ao que foi combinado com os senhores professores.

De outra parte eu só lastimo que essa iniciativa dos Srs. Deputados do PDS ao acertar a tabela dos Srs. Professores não tenha sido ao nível que foi no Rio Grande do Sul, onde os Srs. Deputados do PDS apresentaram também inconstitucionalmente, mas apresentaram uma emenda elevando os vencimentos para um teto de doze mil cruzeiros. – (Sem revisão do orador).

○ SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Em votação o Substitutivo, ressalvadas as emendas. –
Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, solicitando preferência de votação para a Emenda n.º 2, subscrita por Deputados do PMDB, relativamente ao nível 1, Anexo I, Tabela VI - Magistério.

○ SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, pela ordem, só para, não seria emenda substitutiva. A pressa me fez causar uma inadvertência. É corretiva.

○ SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Feito o reparo pelo Deputado, em votação o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. – Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação aprovado:

Em votação a Emenda n.º 2, lida da tribuna. – Rejeitada.

○ SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 143/80, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com o apoio de diversos Srs. Deputados, no seguinte teor:

EMENDA N.º 1

ao Projeto de Lei n.º 143/80

Acrescente-se ao artigo 1.º um parágrafo com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a elevar, por Decreto, o vencimento do Nível 1 da Tabela VI - Magistério, do Anexo I desta lei, para Cr\$ 11.578,00 (onze mil, quinhentos e setenta e oito cruzeiros)”.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: Gabriel Manoel, Aguinaldo Pereira Lima, Luiz Alberto Oliveira, Werner Wanderer, Palácios, Tércio Albuquerque, Egon Pudell, Adalberto Daros, João Mansur, Gilberto Carvalho, Lázaro Dumont, David Cheriegate, Del Ciel, Cyro Martins e Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

A emenda ora apresentada, para a qual esperamos o necessário apoio dos Membros desta Casa, visa a atender reivindicação da Classe do Magistério - formulada após o encaminhamento da Mensagem n.º 64/80, bem como da Mensagem n.º 73/80, que a aditou - no sentido de possibilitar ao Poder Executivo a elevação do vencimento proposto para o Nível I, da Tabela VI - MAGISTÉRIO, do Anexo I do Projeto em tramitação.

Assim, caso a presente proposta de emenda seja aprovada pelo Plenário desta Casa e acolhida pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, o nível de vencimento inicial do Magistério atingirá valor significativo, mormente quando somado à importância paga por dia útil de aula efetivamente ministrada, a título de Gratificação de Regência de Classe.”

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. – Aprovado.

○ SR. JOSÉ TAVARES – Pela ordem, Sr. Presidente. Vossa Excelência não colocou em discussão a emenda.

○ SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Já foi encerrada juntamente com o projeto.

○ SR. RENATO BERNARDI – (Pela ordem) – Estava solicitando de Vossa Excelência o encaminhamento de votação.

○ SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Deputado Renato Bernardi, a Mesa informa a Vossa Excelência que, juntamente com o projeto, o encaminhamento de votação, foi encerrada também a oportunidade para Vossa Excelência discutir a emenda.

○ SR. RENATO BERNARDI – Pedi para encaminhar a votação, não para discutir.

○ SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) – Perfeito, tem a palavra Vossa Excelência para encaminhar a votação sobre a emenda do Deputado Erondy Silvério.

○ SR. RENATO BERNARDI – Sr. Presidente, neste encaminhamento de votação a Bancada do PMDB votará a favor

desta emenda, que acrescenta um parágrafo único ao artigo primeiro e autorizando o Poder Executivo, por decreto, elevar o nível 1 para Cr\$ 11.578,00, entendendo que nas circunstâncias atuais em que um protocolo assinado por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, dirigido à entidade representativa da categoria profissional dos trabalhadores na educação, foi dada garantia, entre outras coisas, de um aumento de 100 por cento nas gratificações de regência e o fato do Governo considerar piso salarial de dois salários mínimos regionais a partir de janeiro de 1981.

Num acordo de lideranças desta Casa, o líder do Governo requereu a retirada da Mensagem Governamental por três sessões, para que houvesse a possibilidade de ser enviada uma nova mensagem aditiva fazendo a devida correção.

Entretanto, esta mensagem não chegou à Casa, em função principalmente da ausência do Governador do Estado do Paraná, pois o mesmo se encontra em Brasília, e numa forma que é a mais ortodoxa em termos de técnica legislativa, vamos aprovar esta emenda, para que este compromisso seja cumprido integralmente.

Esperamos também que aquele compromisso do aumento de cem por cento, na gratificação da regência de classe, seja também cumprido integralmente. Esperamos o cumprimento da palavra empenhada, tanto por parte do Governo do Estado como por parte das lideranças parlamentares do Estado do Paraná e que represente, finalmente, o melhor modo de dar à classe dos professores, principalmente àquelas quinze mil criaturas que estão no nível 1, uma satisfação se não plena, ao menos parcial, das reivindicações que motivaram a deflagração do Movimento Educação e Justiça.

Em razão disto, Sr. Presidente, a nossa bancada se associa à Bancada do PDS e votará favoravelmente a esta emenda.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Em votação a Emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas para que conste dos Anais desta Casa, que Vossa Excelência ao anunciar a emenda que está sendo votada o fez como se fosse de minha autoria.

Entretanto, a emenda é de autoria praticamente de toda a Casa, Sr. Presidente, Vossa Excelência, há de verificar no documento que existem diversas assinaturas subscrevendo a emenda.

E que essa emenda foi um trabalho conjunto e é preciso que se diga isso a bem da verdade, entre a bancada do Governo e as bancadas da Oposição nesta Casa.

Porque, foi graças ao alertamento feito da tribuna por um Sr. Deputado da Oposição, é que nos apercebemos do problema, e devido a ausência do Governador, conseguimos telefonicamente autorização para que esta Casa apresentasse a emenda.

Todos nós sabemos e já foi enfatizado nesta Casa, que a iniciativa é da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, legislar sobre o funcionalismo. Em todo caso, dada a ausência do Sr. Governador, e dada a premência do tempo, implantação em folha e outras medidas que se tornam necessárias, para que a lei passe os seus efeitos, nós conseguimos autorização telefônica, para apresentação desta emenda que não é minha.

A emenda é de toda a Casa, é uma emenda de bancadas. Se não há assinatura dos membros da bancada da Oposição, é porque não houve tempo. Mas quero que os Anais da Casa consigam o fato de que a emenda é da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) A Mesa atende as

ponderações feitas pelo nobre Deputado Erondy Silvério, e considera a emenda como se fosse da autoria da Casa, já que contém dezenas de assinaturas.

Em votação a emenda.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, realmente me penitencio de que o espírito da emenda traduz o pensamento das bancadas de oposição também. E só a divergência de interpretação, foi quanto ao processo, não quanto ao espírito da emenda e o alcance a ser buscado.

Nesta parte, nós até queremos agradecer a disposição da Liderança do Governo, porque entendeu oportunamente e busca agora também com todos os Srs. Deputados desta Casa, corrigir ou reparar uma eventual injustiça.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda. — Aprovada.

Em votação a Emenda número 3, subscrita pelo Deputado Fidelcino Tolentino e outros. (Lê a emenda) (Rejeitada).

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 61/80, oriundo de Parecer da C.C.J., à ex-Proposição nº 62/80, (Mens. Govern. nº 65/80), que aprova Convênio nº 27/80, celebrado entre o Estado do Paraná, o Ministério do Interior, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e a Prefeitura de Curitiba, que com a interveniência e coordenação de órgãos que específica, objetiva a execução da programação de investimentos urbanos da Região Metropolitana de Curitiba. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 62/80, oriundo de Parecer da C.C.J., à ex-Proposição nº 63/80, (Mens. Govern. nº 66/80), que aprova o Convênio 01/80, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de IRETAMA, objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 63/80, oriundo de Parecer da C.C.J., à ex-Proposição nº 64/80, (Mens. Govern. nº 67/80), que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e os Municípios adiante mencionados, objetivando estabelecer normas de co-participação, no sentido da aplicação de recursos em obras ligadas à cultura e ao esporte de interesse dos municípios signatários. — Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) A Mesa atende a solicitação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. (Pausa).

17 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 62/80.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 121 e 152/80.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 143/80 e de Resolução nº 61/80.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 63/80.

Levanta-se a sessão.